

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL DA “A BENEFICÊNCIA FAMILIAR – ASM”

DESCRIÇÃO SOBRE A ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De acordo com as competências que lhe estão atribuídas nos Estatutos da Associação “A BENEFICÊNCIA FAMILIAR – ASM”, e pela demais legislação aplicável, vem o Conselho Fiscal emitir o seu parecer relativo aos documentos de prestação de contas do ano de 2023 – designadamente, Demonstração dos Resultados por Naturezas, Balanço, Anexo às demais demonstrações financeiras, e Relatório de Gestão – bem como relativo aos actos administrativos e financeiros da Direcção, que lhe compete fiscalizar.

Na sequência do Relatório de Auditoria da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e da respectiva Certificação Legal, verificamos que as demonstrações financeiras constantes no Relatório de Gestão e Contas do Conselho de Administração (CA) apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Associação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para **Entidades do Sector Não Lucrativo**, adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

As demonstrações financeiras de A BENEFICÊNCIA FAMILIAR - ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023, o qual apresenta o montante de 16.181.174,59 euros e um total de fundos patrimoniais de 6.639.002,73 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 100.637,54 euros, resultado que inclui a imputação de resultados provenientes da Caixa Económica do Porto, no montante negativo de -222.171,22 euros.

O desvio verificado nos valores finais do exercício de 2023 e os valores orçamentados, para o mesmo período, apesar de explicados com os atrasos no início da exploração do novo edifício sede, apontam para o aparecimento de necessidades de tesouraria que têm de ser acauteladas com a maior brevidade.

Em 2023 não foi possível aproveitar, completamente, a nova sede, pelo que as receitas ficaram aquém do estimado, com um desvio negativo de 38,90%.

As libertações da exploração, no montante de 51.826,04 euros, apesar de positivas, estão muito longe das necessidades de fundo maneio para o reembolso da dívida da Associação. Ora, se levarmos em conta o montante de encargos financeiros de 67.848,86 euros, verifica-se que a situação financeira da Associação passa por dificuldades de tesouraria acentuadas. Os meios financeiros líquidos registados no final do ano de 2023, eram, nas contas do caixa e depósitos à ordem, de 27.384,93 euros cerca de 22% do transferido em final de 2022.

O valor dos custos financeiros, superiores ao estimado na orçamentação, devem ser acautelados para o período de 2024, tendo em atenção a actividade social e pouca lucrativa da Associação. O passivo não corrente apresenta o montante de 6.717.576.65 euros na rubrica de Financiamentos Obtidos, não obstante a diminuição de 9,7% relativamente a 2022. Todavia, o passivo corrente apresenta na rubrica de Fornecimentos Obtidos, o monte de 825.030,34 euros, ou seja, um aumento de 125% relativamente ao ano de 2022.

Verifica-se que a conta de fornecedores indica um saldo credor no montante de 149.487,11 euros, do qual, 85% encontra-se vencido. Chamamos a atenção para a existência desta dívida vencida, parte com de um ano o que poderá conjecturar o aparecimento de processos judiciais.

Verifica-se que a conta, estado e outros entes públicos, apresenta saldo credor no montante de 116.480,29 euros. Deverá ser acautelado pagamento da dívida á Segurança Social que, apesar de se encontrar negociada em planos prestacionais, deverá ser regularizado com a urgência máxima, tendo em atenção a necessidade de certidão de não dívida por parte da Associação evitando a obrigatoriedade da constituição de garantia.

Em 2023, o valor pago em subsídios de funeral ascendeu a 490.744,74 euros, montante que se deve ter em conta em futuras provisões pela sua exponencial importância. O resultado, em 2023, foi negativo no montante de 23.393,69 euros, justificado pelo decréscimo do número de serviços realizados e a mesma carga de custos, particularmente, salariais referente à equipa que garante os serviços de boa qualidade.

Foram muito importantes que as medidas implementadas pelo Conselho de Administração para o aumento do número de associados, pedido formulado por este conselho fiscal aquando do relatório de 2022, onde se falava de perda líquida relativa a 2022 ao contrário do ano de 2023 como a admissibilidade de mais 787 associados.

Destaca-se o montante 5.169,12 euros arrecadados na consignação do IRS e do IVA, relativo aos rendimentos de 2022, consignados à Associação.

Relativamente às reservas colocadas no Relatório de Auditoria, que nos mereceram a melhor atenção, do conselho fiscal, partilhamos as preocupações apontadas. Assim, é nosso parecer que o custo assinalado, no montante de 199.740,00 Euros, contabilizado como Outros Passivos Correntes, deverá ter uma solução rápida uma vez que o montante vai ser anulado por se tratar de uma provisão contratual.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Face às considerações anteriormente mencionadas, e relevando que:
 - a. O valor do imobilizado da Associação, à data de 2019, avaliado por dois peritos avaliadores certificados, valeria, a preço de mercado, 19.553.200 euros, o que, face ao valor contabilístico actual, apresenta uma mais-valia considerável;
 - b. Verifica-se que o gabinete jurídico da Associação, o qual emitiu um parecer referindo que a Associação A Beneficência Familiar teria direito a uma indemnização, da Câmara Municipal do Porto, por perdas e danos directos decorridos da concessão e posterior anulação da licença de edificação, que causou prejuízos à Associação, avaliados em 1.255.337 euros se encontra em curso. Não foi possível resolver o assunto por via extrajudicial, logo, foi apresentado, no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto (TAFP), um requerimento no sentido da Notificação Judicial Avulsa do Município do Porto.

2. O Parecer do Conselho Fiscal é de aprovação do Relatório de Gestão e Contas do Conselho de Administração relativo ao exercício de 2023.

Porto, 27 de agosto de 2024

O Presidente:

Mário Rui Pinheiro Rangel,

O Vogal:

Carlos Emanuel Ferreira Madureira,

O Vogal:

Rui Melo Cosme,
